



CONCURSO PÚBLICO

26. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO – NÍVEL I

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, QUE SE ENCONTRA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



CONCURSO PÚBLICO

26. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO – NÍVEL I

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
02	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
03	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
04	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
05	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E

06	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
07	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
08	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
09	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
10	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E

11	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
12	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
13	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
14	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
15	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E

QUESTÃO	RESPOSTA				
16	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
17	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
18	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
19	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
20	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E

21	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
22	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
23	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
24	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
25	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E

26	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
27	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
28	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
29	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
30	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E

01. Assinale a alternativa correta a respeito do poder constituinte.

- (A) O poder constituinte reformador não está sujeito a limites de forma ou de conteúdo.
- (B) As cláusulas de imutabilidade são vedações materiais ao exercício do poder constituinte originário.
- (C) O STF já decidiu ser cabível mandado de segurança, impetrado por parlamentar, contra proposta de emenda constitucional, que desrespeite cláusula pétreia.
- (D) A emenda constitucional que desconsidera o princípio da imunidade tributária recíproca entre os entes da Federação não ofende as cláusulas pétreas da Constituição.
- (E) O poder constituinte decorrente manifesta-se, no direito brasileiro, pela possibilidade de aprovação de emendas constitucionais pelo voto de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional e em dois turnos de votação em cada uma delas.

02. Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- (B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, devendo a lei, no entanto, regulamentar e limitar o exercício dos cultos religiosos e as suas liturgias.
- (C) Ninguém será punido por prática de crença religiosa, filosófica ou política, salvo se as praticar em decorrência de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa.
- (D) É garantida a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que obtida a devida licença, na forma da lei.
- (E) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

03. É um direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

- (A) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (B) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- (C) participação nos lucros e resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (D) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de qualquer renda, nos termos da lei.
- (E) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal.

04. Conforme expressamente disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, ficando autorizada ao Poder Público a intervenção na organização sindical em casos definidos em lei.
- (B) a lei incentivará a livre participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (C) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (D) nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (E) a assembleia geral extraordinária fixará a contribuição que, em se tratando de categoria patronal, será descontada em folha, para custeio do sistema federativo da representação sindical respectiva, que não poderá ser cumulativa com outra contribuição sindical prevista em lei.

05. É uma competência constitucional privativa da União legislar sobre

- (A) direito penitenciário.
- (B) desapropriação.
- (C) juntas comerciais.
- (D) procedimento em matéria processual.
- (E) produção e consumo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. Analise as seguintes definições:

- I. Ato administrativo vinculado por meio do qual a Administração Pública outorga a alguém, que para isso se interesse, o direito de realizar certa atividade material que sem ela lhe seria vedado, desde que satisfeitas as exigências legais.
- II. Ato administrativo discricionário mediante o qual a Administração Pública faculta a prática de certo ato jurídico ou concorda com o já praticado para lhe dar eficácia, se conveniente e oportuno.
- III. Ato administrativo, vinculado ou discricionário, segundo o qual a Administração Pública outorga a alguém, que para isso se interesse, o direito de prestar um serviço público ou de usar, em caráter privativo, um bem público.

Essas definições correspondem, respectivamente, às seguintes espécies de atos administrativos:

- (A) admissão, licença e concessão.
- (B) licença, aprovação e permissão.
- (C) autorização, concessão e licença.
- (D) licença, alvará e concessão.
- (E) aprovação, homologação e alvará.

07. Assinale a alternativa correta acerca do contrato administrativo.

- (A) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- (B) Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratante ficará depositário, do valor da garantia deverá ser deduzido o valor desses bens.
- (C) É permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado, desde que expressamente autorizado pelo administrador público responsável pela assinatura do contrato.
- (D) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (E) A declaração de nulidade do contrato administrativo não tem efeitos retroativos, devendo ser mantidos os atos já produzidos até a data da respectiva declaração.

08. Assinale a alternativa correta sobre os princípios inscritos na Lei de Licitações.

- (A) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio da seletividade e a escolher a proposta mais vantajosa para o contratado e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da publicidade.
- (B) É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que estimulem a competição e impeçam distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância pertinente ou relevante para o objeto do contrato.
- (C) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (D) Como critério de desempate na licitação, não poderá ser dada nenhuma preferência a bens ou serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras ou produzidos no País.
- (E) O cidadão não poderá acompanhar o desenvolvimento do procedimento licitatório, para não interferir, perturbar ou impedir a realização dos trabalhos da comissão de licitação.

09. Sobre a desapropriação, é correto afirmar que

- (A) os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios, pelos Estados, ficando dispensada, nesses casos, a autorização legislativa.
- (B) os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.
- (C) declarada a utilidade pública, as autoridades administrativas não poderão ainda penetrar nos prédios compreendidos na declaração, devendo recorrer, nesse caso, ao Poder Judiciário, para obtenção da competente ordem judicial.
- (D) o Poder Legislativo não poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cabendo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua declaração e efetivação.
- (E) a desapropriação poderá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se por ordem administrativa do Chefe do Executivo, dentro de três anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

10. Conforme legislação pertinente, no processo da apuração de improbidade administrativa, antes da decisão final, poderá ser determinada a seguinte medida:

- (A) perda da função pública do agente público acusado, por ordem judicial, desde que necessária à instrução processual e garantida a sua ampla defesa.
- (B) suspensão dos direitos políticos do réu pelo prazo de até oito anos.
- (C) cassação dos direitos políticos do réu.
- (D) devolução imediata aos cofres públicos dos valores percebidos indevidamente pelo réu, agente público ou não, acusado de enriquecimento ilícito.
- (E) afastamento do agente público do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, por ordem administrativa, quando necessária à instrução processual.

DIREITO DO TRABALHO

11. As Convenções Coletivas de Trabalho

- (A) são acordos de caráter normativo firmados entre o sindicato de trabalhadores e o de empregadores, decorrentes de negociações entre ambos.
- (B) são acordos de caráter normativo feitos pelo sindicato de empregados diretamente com uma empresa do correspondente segmento econômico.
- (C) são formas de heterocomposição na solução dos conflitos coletivos.
- (D) dependem, assim como os acordos coletivos, de homologação da Justiça do Trabalho.
- (E) resultam da atuação do Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

12. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso é assegurada pela Constituição Federal.
- (B) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço não é devido ao trabalhador avulso, salvo acordo ou convenção coletiva.
- (C) A transferência da unidade econômico-jurídica é um dos elementos que configura a sucessão trabalhista.
- (D) Não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados, nos termos da CLT, a mudança na propriedade da empresa.
- (E) Os direitos oriundos do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência.

13. Nos termos da CLT, para os empregados que trabalham no interior de câmaras frias será assegurado

- (A) um intervalo de dez minutos a cada noventa minutos trabalhados.
- (B) um período de vinte minutos de repouso depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, computando-se esse intervalo como de trabalho efetivo.
- (C) um período de vinte minutos de repouso depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, não se computando esse intervalo como de trabalho efetivo.
- (D) um intervalo de quinze minutos a cada uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo.
- (E) apenas o intervalo intrajornada previsto para os demais empregados que não trabalham no interior de câmaras.

14. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Compreendem-se na remuneração do empregado, segundo a CLT, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, as gorjetas que receber.
- (B) O prêmio pago ocasionalmente e sem prévio ajuste, que não se repete, não se integra ao salário.
- (C) As comissões, gratificações e percentagens devem ser pagas em intervalos não superiores a um mês, sem exceção, justificando-se a exigência legal em função das necessidades do trabalhador em geral.
- (D) Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- (E) Podem ser descontados do empregado os valores relativos a danos causados ao empregador por dolo ou, desde que haja concordância prévia, os causados por atos de imprudência, imperícia ou negligência.

15. As ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador são de competência da

- (A) Justiça do Trabalho, exceto aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da emenda constitucional n.º 45/2004.
- (B) Justiça do Trabalho, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da emenda constitucional n.º 45/2004.
- (C) Justiça Estadual do Estado em que ocorreu o acidente.
- (D) Justiça Estadual da localidade em que estiver sediada a empresa.
- (E) Justiça Federal quando propostas após o término da relação de emprego.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

16. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento. No processo do trabalho,

- (A) essa regra não se aplica, em razão do princípio da celeridade.
- (B) a regra não se aplica porque a CLT dispensa a indicação dos motivos do juiz.
- (C) o juiz não é livre quanto às provas, já que as partes devem levá-las em audiência.
- (D) os motivos são um imperativo em todas as decisões judiciais.
- (E) a motivação é facultativa nas decisões judiciais.

17. Das decisões sobre exceções na Justiça do Trabalho

- (A) não caberá recurso de imediato, salvo quanto às de incompetência, se terminativas do feito.
- (B) em qualquer hipótese não caberá recurso de imediato, devendo a parte alegá-la novamente no recurso que couber da decisão final.
- (C) cabe o agravo de instrumento, por tratar-se de decisão interlocutória.
- (D) cabe o agravo de instrumento, por tratar-se de decisão interlocutória, salvo se terminativa do feito.
- (E) não cabe recurso em qualquer hipótese.

18. Podem ser arguidas como preliminares no processo do trabalho, entre outras, as seguintes matérias: inépcia da inicial (1); nulidade de citação (2); carência de ação (3); conexão (4); continência (5), decadência (6) e prescrição (7). Quando acolhidas pelo juiz,

- (A) apenas as hipóteses 1, 2, 3, 4, 5 e 6 permitem a repropositura da ação.
- (B) apenas as hipóteses 5 e 7 fazem coisa julgada.
- (C) por serem preliminares, todas implicam na extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (D) apenas a hipótese 7 implica na extinção do processo com julgamento do mérito.
- (E) as hipóteses 6 e 7 não permitem a repropositura da ação.

19. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito para apuração de falta grave será instaurado mediante reclamação do empregador à Justiça do Trabalho, verbal ou escrita, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da suspensão do empregado.
- (B) Nos termos da CLT, após a apresentação da defesa pela reclamada, o juiz deverá propor a conciliação entre as partes.
- (C) O acordo judicial celebrado perante a Vara do Trabalho pode ser desconstituído através de recurso ordinário, desde que celebrado com dolo ou fraude das partes.
- (D) Em caso de descumprimento da sentença normativa, poderá o interessado, ou seu sindicato, mover ação de cumprimento contra o empregador.
- (E) A ação consignatória é cabível na Justiça do Trabalho, exceto nos casos de dispensa do trabalhador com justa causa.

20. Não são passíveis de execução na Justiça do Trabalho:

- (A) as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo.
- (B) os acordos, quando não cumpridos.
- (C) os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.
- (D) os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.
- (E) os termos de compromisso firmados perante as Superintendências Regionais do Trabalho, antigas Delegacias Regionais (DRT).

DIREITO CIVIL

21. Quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, ocorre

- (A) erro.
- (B) fraude.
- (C) lesão.
- (D) coação.
- (E) estado de perigo.

22. O dono ou detentor de animal ressarcirá o dano por este causado, salvo se provar que

- (A) não agiu com dolo.
- (B) o fato se deu por conduta omissiva.
- (C) o fato se deu por culpa da vítima ou por força maior.
- (D) não tinha como impedir a conduta.
- (E) tomou todas as precauções para impedir o dano.

23. Dos títulos de crédito apresentados, possui natureza causal:

- (A) letra de câmbio.
- (B) cheque.
- (C) nota promissória.
- (D) duplicata.
- (E) cheque cruzado.

24. A aquisição da propriedade móvel pode se dar por

- (A) especificação.
- (B) avulsão.
- (C) acessão.
- (D) aluvião.
- (E) construção.

25. A falência

- (A) é um mecanismo de recuperação da empresa.
- (B) corresponde ao concurso universal dos credores de empresário ou sociedade empresária.
- (C) corresponde ao concurso individual de credores mercantis.
- (D) é um procedimento executivo individual.
- (E) é uma forma de liquidação judicial ou extrajudicial da empresa em dificuldades econômicas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) poderá ser concedido quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) poderá ser concedido quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- (C) poderá ser concedido quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
- (D) poderá o juiz, em caso de urgência, notificar a autoridade por telegrama.
- (E) o pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

27. O ônus da prova incumbe

- (A) ao autor, quanto à existência de fato impeditivo do seu direito.
- (B) ao réu, quanto ao fato constitutivo do direito do autor.
- (C) ao autor, quanto à existência de fato modificativo do seu direito.
- (D) ao réu, quanto à existência de fato extintivo do direito do autor.
- (E) aos dois litigantes, nos termos do que foi convencionado, ainda que se trate de direitos indisponíveis.

28. É correto afirmar que

- (A) a sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.
- (B) pode o juiz proferir sentença a favor do autor, de natureza diversa da pedida.
- (C) pode o juiz proferir sentença para condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (D) quando o autor tiver formulado pedido certo, é possível proferir sentença ilíquida.
- (E) publicada a sentença, em nenhuma hipótese poderá o juiz alterá-la.

29. A ação de depósito

- (A) tem por finalidade promover o depósito de coisa móvel.
- (B) tem como autor o depositário da coisa.
- (C) se contestada pelo réu, será observado o procedimento sumário.
- (D) permite a decretação da prisão do depositário infiel.
- (E) permite ao autor promover a busca e apreensão da coisa.

30. São bens penhoráveis

- (A) os inalienáveis.
- (B) os pertences de elevado valor, de uso pessoal do executado.
- (C) os livros úteis ao exercício profissional.
- (D) os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partidos políticos.
- (E) as quantias depositadas em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários-mínimos.